

RBC nº 166 – Jul/Ago 2007

Mudanças de Práticas Contábeis em Empresas Privatizadas: Estudo de Casos no Segmento de Serviços Públicos de Distribuição de Gás

(Adolfo Henrique Coutinho e Silva, Moacir Sancovschi e Valmor Slomski)

O objetivo do presente estudo foi analisar, com base nos incentivos contratuais da firma, os impactos na política contábil de empresas que foram privatizadas. Particularmente, foram analisadas as alterações no processo contábil (reconhecimento e mensuração) descritas nos relatórios anuais publicados antes e depois da privatização de duas empresas do segmento de distribuição de gás canalizado. A revisão da literatura tratou das escolhas contábeis realizadas pelas empresas antes e depois da privatização, baseada nas hipóteses sugeridas pela teoria positiva de Contabilidade. Os resultados observados demonstram que as empresas analisadas adotaram procedimentos contábeis mais conservadores (apurando prejuízos significativos) no primeiro ano após a transição da gestão pública para a privada, o que propiciou a apuração de melhores resultados nos períodos subsequentes, bem como o pagamento de dividendos. Estes resultados estão consistentes ao sugerido pela literatura analisada. Por outro lado, quanto às escolhas contábeis realizadas antes da privatização, diferentemente do esperado, as empresas analisadas efetuaram o reconhecimento de novos passivos antes da privatização.

O Gerenciamento de Resultados no Sistema Financeiro Brasileiro

(Humberto Carlos Zendersky, Edwin Pinto de La Sota Silva)

A flexibilidade das normas e padrões contábeis, assim como o fato de a regulamentação não alcançar todas as situações possíveis, permite que os gestores escolham como e quando os eventos econômicos decorrentes das operações da empresa serão reconhecidos, mensurados e divulgados. A literatura internacional na área contábil mostra que os gestores de bancos têm utilizado sua discricionariedade na constituição de provisões sobre operações de crédito visando o gerenciamento de resultados. O presente estudo tem por objetivo verificar se os conglomerados financeiros que atuam no Brasil utilizam as despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa e os ganhos ou perdas não realizados com os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “para negociação” com a finalidade de gerenciamento de resultados, no período de março de 2000 a dezembro de 2004. Os resultados demonstraram que os conglomerados financeiros constituem uma parcela discricionária de provisões sobre as operações de crédito, com a finalidade de gerenciarem os resultados, e que os ganhos ou perdas não realizados, relativos aos títulos e valores mobiliários classificados na categoria “para negociação”, são usados como complementares do componente discricionário das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa, no gerenciamento de resultados.

A importância das sanções na atuação profissional dos contadores

(Viviane Greche Gonçalves)

A partir da análise dos números do Conselho Federal de Contabilidade acerca de procedimentos sancionatórios utilizados para a investigação e a punição dos profissionais de Contabilidade no desempenho de suas atividades profissionais, entre os anos de 1998 e 2002, conjuntamente à análise das principais normas em vigor que regem a atuação profissional dos contadores no Brasil, sob o aspecto evolutivo das regulamentações de cunho punitivo, o presente artigo tem como escopo verificar a existência de uma correlação entre esses fatores: punições aplicadas e alterações normativas. Com esse objetivo, busca-se comprovar a idéia difundida pela Análise Econômica do Direito de que alterações

normativas alteram os incentivos à conduta dos indivíduos, de tal forma que punições mais rígidas e severas, ou mesmo a maior percepção de que condutas contrárias às normas são efetivamente punidas, representariam um incentivo à atuação profissional nos parâmetros normatizados pelo CFC e, possivelmente, em uma aplicação de punições mais restrita.

A Demonstração do Fluxo de Caixa: um comparativo histórico e conceitual

(Alexandre Costa Quintana, Cristiane Gonçalves Munhoz e Sandro Teixeira de Azevedo)

O objetivo deste artigo é traçar um paralelo histórico e conceitual acerca da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC). Para o desenvolvimento desse estudo foram analisadas as normas de duas das mais importantes escolas contábeis: a inglesa e a americana, representadas neste artigo pelas instituições *International Accounting Standards Board* (IASB) e *Financial Accounting Standards Board* (FASB), respectivamente. A metodologia deste trabalho está baseada em uma revisão bibliográfica que visou buscar e demonstrar a evolução das normas utilizadas na elaboração da DFC. O mecanismo utilizado neste estudo foi a pesquisa documental direta e indireta. Concluindo, a DFC, além de ser uma importante ferramenta de auxílio à gestão financeira, é também um recurso capaz de demonstrar qual a real capacidade financeira de uma entidade. Os modelos SFAS 95 e IAS 7 vêm trazendo influência na DFC elaborada no Brasil, pois algumas companhias, ao divulgarem essa informação no exterior, divulgam também no Brasil por meio dos modelos citados, para manter uma uniformidade em suas informações contábeis, existindo uma predisposição para que esses modelos sejam uniformizados.

Análise de rentabilidade de segmentos de mercado aplicada à rede de lojas de confecções

(Rodney Wernke)

O artigo discorre acerca das possibilidades do uso do conceito “margem de contribuição” em relatórios de cunho gerencial com o objetivo de avaliar a rentabilidade proporcionada pelos principais segmentos de mercado de empresas varejistas. Nesse sentido, após breve revisão da literatura, relata-se estudo de caso realizado numa rede varejista que comercializa artigos de vestuário em três lojas. Para tanto, após caracterizar a organização empresarial enfocada, são descritas as etapas seguidas pela pesquisa, exemplificados os cálculos efetuados e apresentados alguns dos relatórios gerenciais confeccionados. A análise desses relatórios e dos gráficos respectivos propiciou informações que facultaram decisões administrativas mais consistentes a respeito de quais segmentos devem ser incentivados, de quais lojas são as mais lucrativas, do resultado alcançado pelo grupo de empresas, etc.